ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

48º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

RIO DE JANEIRO (CAPITAL),
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

Supremo Tribunal Federal. Plenário. ADI 815 / DF - DISTRITO FEDERAL. 28/03/1996. Relator Ministro Moreira Alves.

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Parágrafos 1° e 2° do artigo 45 da Constituição Federal. - A tese de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias dando azo à declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras é incompossível com o sistema de Constituição rígida. - Na atual Carta Magna "compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição" (artigo 102, "caput"), o que implica dizer que essa jurisdição lhe é atribuída para impedir que se desrespeite a Constituição como um todo, e não para, com relação a ela, exercer o papel de fiscal do Poder Constituinte originário, a fim de verificar se este teria, ou não, violado os princípios de direito suprapositivo que ele próprio havia incluído no texto da mesma Constituição. - Por outro lado, as cláusulas pétreas não podem ser invocadas para sustentação da tese da inconstitucionalidade de normas constitucionais inferiores em face de normas constitucionais superiores, porquanto a Constituição as prevê apenas como limites ao Poder Constituinte derivado ao rever ou ao emendar a Constituição elaborada pelo Poder Constituinte originário, e não como abarcando normas cuja observância se impôs ao próprio Poder Constituinte originário com relação as outras que não sejam consideradas como cláusulas pétreas, e, portanto, possam ser emendadas. Ação não conhecida por impossibilidade jurídica do pedido.

1) No julgamento da ADI 815-DF, acima reproduzido em parte, o Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de perpassar teses importantes a respeito da hermenêutica constitucional. Em particular, definiu-se pela inexistência de hierarquia entre normas da Constituição originária e pela necessidade de harmonizar os dispositivos que se apresentem em aparente conflito, via técnicas tradicionais ou próprias, como a ponderação de interesses.
A doutrina tende a englobar essas duas teses sob a alcunha de um princípio formal, denominado de princípio:
a) Da inafastabilidade da jurisdição;
b) Da expansão constitucional;
c) Da dignidade da pessoa humana;
d) Da unidade constitucional;
e) Do constitucionalismo universal.

2) O Brasil se encontra, em 2022, em pleno ano eleitoral. Nesse contexto, especificamente sobre a questão política no Estado brasileiro, analise as afirmações abaixo:
I – A democracia brasileira é consolidada pela via representativa, com exceção única da possibilidade de plebiscito, que é a confirmação popular, a posteriori, de uma medida já aprovada pelo Parlamento.
II – O voto é facultativo para os analfabetos e para os maiores de 70 anos.
III - O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
IV - É garantida a utilização, pelos partidos políticos, de organização paramilitar, diante da liberdade de expressão.
Diante das assertivas acima, assinale a alternativa adequada:
a) Nenhuma delas é correta.
b) Apenas uma delas é correta.
c) Duas delas são corretas.
d) Três delas são corretas.
e) Todas são corretas.

3) Entre os projetos de lei abaixo, assinale aquele que é <u>eivado de inconstitucionalidade:</u>
a) Projeto de lei estadual de iniciativa do Governador versando sobre salário de servidor da Procuradoria do Estado;
b) Projeto de lei estadual versando sobre ITD, atendendo às diretrizes de lei complementar federal;
c) Projeto de lei de iniciativa do Governador que fixa pena de 5 anos de reclusão para quem desrespeitar servidor público estadual, no exercício das suas atribuições;

d) Projeto de lei estadual sobre assistência jurídica e Defensoria Pública;
e) Projeto de lei municipal que institui programa de assistência social.

4) Assinale a alternativa incorreta:
a) A forma federativa de Estado, contemplada pela Constituição de 1988, se baseia em um modelo de autonomia dos membros, respeitados os limites do pacto originário;
b) Desde a Independência, em 1822, o Brasil tem se estabelecido como uma República Federativa, influenciado pelo modelo americano;
c) A forma federativa foi instituída como cláusula pétrea na Constituição de 1988;
d) O Brasil já foi um Estado Unitário, de caráter centralizado.
e) O federalismo brasileiro foi construído por desagregação, ao contrário do que ocorreu nos EUA.

5) Considere as Ementas abaixo, relacionadas a dois julgamentos do Supremo Tribunal Federal:
Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL 75/2013. LEGÍTIMO EXERCÍCIO PELO CONGRESSO NACIONAL DO PODER CONSTITUINTE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA ÀS CLÁUSULAS PÉTREAS. AÇÃO IMPROCEDENTE. 1. O Poder Constituinte ___**1**_____ está inserido na própria Constituição Federal, pois decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional e somente conhece as limitações constitucionais expressas e implícitas. 2. No exercício do legítimo poder constituinte___**2**_____, denominado por parte da doutrina de competência reformadora, o Congresso Nacional pode alterar o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal. 3. Entre as limitações expressamente previstas pelo texto constitucional, estão as "cláusulas pétreas", que não incluem os artigos 40 e 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ressalte-se, ainda, que a Emenda Constitucional 75/2013 não afeta o regime jurídico fiscal da Zona Franca de Manaus, sendo descabida a alegação de que atingida a segurança jurídica. 4. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente. **(ADI 5058, de 20.09.2019, pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes)**

Ação direta de inconstitucionalidade. Quórum de aprovação de Emenda à Constituição do Estado de Rondônia. Poder constituinte ___**3**_____. Exigência de 2/3 dos membros da Assembleia Estadual Legislativa para aprovação de projeto de alteração do texto constitucional local. Poder de auto-organização e autolegislação dos entes federados e competência residual dos Estados. regras do processo legislativo federal, como o de reforma ao texto constitucional, de observância obrigatória (art. 60, § 4° e art. 25, § 1°, CRFB). Princípio da _____**4**____. Exercício limitado e vinculado dos entes subnacionais em matéria de processo legislativo aos ditames constitucionais. separação dos poderes. modulação dos efeitos da decisão. tutela da segurança jurídica. precedentes. 1. A autonomia dos Estados-membros deve ser exercida de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal (art. 25 CRFB). Aplicação do princípio da ___**5**_____. O processo legislativo de reforma constitucional do Estado-membro (...) retira sua força da Constituição Federal. Esse fundamento constitucional implica limitação e formalidades a serem observadas nas dimensões da sua auto-organização e autolegislação (Art. 11, ADCT). 3. As normas disciplinadoras do processo legislativo de reforma constitucional, como o quórum de aprovação, são de observância obrigatória pelos Estados-membros. Precedentes. (ADI 486, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 03.04.1997, DJ 10.11.2006 e ADI 1722 MC, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 10.12.1997, DJ 19.09.2003). (...)
(ADI 6453. Tribunal Pleno, 14.02.2022, Relatoria da Ministra Rosa Weber)

Completando as lacunas, temos como alternativa correta, na ordem dos números:
a) Derivado; Derivado reformador, Decorrente, simetria, simetria.
b) Originário, Derivado reformador, Decorrente, simetria, rigidez constitucional.
c) Originário; Derivado reformador; Decorrente; simetria; simetria.
d) Derivado; Derivado reformador; Derivado; soberania; simetria.
e) Originário; Originário; Originário Estadual; simetria; rigidez constitucional.

6) Em matéria tributária, podemos afirmar que:
a) o ICMS é um dos impostos de competência estadual e as taxas servem para custeio de serviços específicos e divisíveis, desde que vinculada a cobrança ao uso efetivo desse serviço;

b) o ISS é um tributo cuja receita está desde logo vinculada a um fim específico do Município, não cabendo seu manejo para custeio de atividades diversas.
c) A imunidade relacionada ao culto abrange o IPTU de imóvel alugado por uma Igreja a um cidadão.
d) Cabe à lei complementar estadual estabelecer as normas gerais relacionadas ao ICMS, em especial minudenciar as limitações constitucionais ao poder de tributar.
e) A capacidade contributiva é um princípio que se aplica principalmente às taxas e aos impostos reais.

7) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é <u>incorreto</u> afirmar que:
a) O advento de uma nova Constituição revoga as normas infraconstitucionais que são materialmente incompatíveis com ela.
b) A inconstitucionalidade formal superveniente não impede a aplicação da norma em pauta, que passa a ser incorporada de acordo com o patamar reservado pelo novo texto constitucional.
c) Um candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do concurso público tem direito subjetivo à nomeação;
d) Admite-se a impetração de mandado de segurança por parlamentar que busca preservar o devido processo legislativo;
e) É admissível o controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica respectiva.

8) Assinale a alternativa <u>adequada</u>:
a) Os trabalhadores das sociedades de economia mista são regidos pelo regime da CLT, ao contrário do que ocorre com os das empresas públicas, das fundações e das autarquias, que seguem o regime estatutário.
b) Os órgãos públicos e as autarquias são formados por um processo de desconcentração, ao passo que as fundações, as sociedades de economia mista e as empresas públicas, possuindo, ao contrário de órgãos e autarquias, personalidade jurídica, são formadas por descentralização.
c) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
d) A empresa pública é uma entidade da administração pública direta, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivamente público, que pode se revestir de qualquer uma das formas admitidas em direito.
e) As sociedades de economia mista e as empresas públicas não podem ser consideradas como entes da Administração Pública, uma vez que possuem personalidade jurídica privada.

9) Considerando as normas constitucionais relativas ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas, bem como, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa <u>correta</u>:
a) O quórum para a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é de um terço dos seus membros. Este requerimento, a despeito do direito das minorias parlamentares, deve ser submetido previamente ao plenário de cada Casa.
b) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa tem eficácia de título executivo.
c) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato dentro e fora da circunscrição do Município.
d) As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes próprios de autoridade judiciais, como por exemplo, a possibilidade de ordenar a quebra do sigilo das comunicações telefônicas por interceptação.
e) Os Tribunais de Contas exercem o controle interno das contas dos Chefes do Poder Executivo pautados nos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.

10) Considerando as normas constitucionais sobre o processo legislativo brasileiro, assinale a alternativa <u>correta</u>:
a) A Constituição pode ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
b) Para ser considerada lei complementar, basta a sua aprovação por maioria absoluta, independentemente da matéria que ela veicule.
c) É cabível a edição de medida provisória em matéria reservada à lei complementar.
d) A sanção, que consiste na anuência do Chefe do Poder Executivo ao projeto de lei, pode ser expressa ou tácita.

e) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

11) A respeito das normas que cuidam do Poder Executivo, é possível afirmar que:
a) O sistema de governo parlamentarista, adotado pela República Federativa do Brasil, tem como uma de suas características a união de Chefe de Estado e Chefe de Governo na mesma pessoa.
b) No presidencialismo, o Presidente é eleito para o exercício do cargo durante um mandato, contudo, poderá, a qualquer tempo, ser destituído por mera falta de apoio parlamentar, independentemente do cometimento de crime de responsabilidade.
c) Nos termos da Constituição, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
d) O Presidente da República, mesmo na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado criminalmente por atos estranhos ao exercício de suas funções.
e) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento não são da competência legislativa privativa da União, podendo as Constituições Estaduais estabelecerem novas hipóteses de crime de responsabilidade destinadas aos Governadores.

12) No que concerne à teoria dos direitos fundamentais e aos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta:
a) É cabível mandado de segurança contra lei em tese.
b) Nos termos da Constituição, a ação popular se destina à anulação de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, cuja legitimidade ativa se atribui às Pessoas Jurídicas de Direito Público.
c) Os estrangeiros residentes no país não são titulares de direitos fundamentais.
d) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata.
e) Calcado na liberdade de expressão, o ordenamento jurídico preconiza a livre manifestação do pensamento e veda o anonimato.

13) A doutrina constitucional classifica as constituições sob diferentes aspectos. A seguir, correlacione os itens I, II e III com as respectivas classificações:
I - Constituição imposta por uso da força ou dominância política sem a participação do povo no seu processo de elaboração.
II - Constituição que pode ser alterada independentemente de um processo qualificado. Ou seja, permite a sua reconfiguração por meio de um procedimento indiferenciado do processo legislativo comum.
III - Constituição não veiculada em um único documento solene de apresentação. É composta por costumes, pela jurisprudência e por instrumentos escritos, mas dispersos, inclusive no tempo.
a) I - Promulgada, II – Flexível, III – Não-escrita
b) I - Outorgada, II – Flexível, III – Escrita
c) I - Outorgada, II – Rígida, III – Não-escrita
d) I - Outorgada, II – Flexível, III – Não-escrita
e) I - Promulgada, II – Rígida, III – Escrita

14) Considerando as normas constitucionais que tratam dos servidores públicos, bem como, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, aponte a alternativa a incorreta:
a) A Constituição Federal assegura aos servidores públicos o direito de greve.
b) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
c) Nos termos da jurisprudência do STJ, a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar de servidores públicos exige exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
d) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

15) Sobre o tema controle de constitucionalidade, é incorreto afirmar:
a) Dentre os legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade previstos no art. 103 da Constituição Federal, estão os Governadores do Estados e a Mesa da Assembleia Legislativa.
b) Nos termos da legislação vigente, não será admitida argüição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
c) Uma vez proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admite desistência.
d) Lei e ato normativo estadual podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
e) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória não pode ser objeto de ação rescisória.

DIREITO CIVIL

16) Acerca do empresário, é INCORRETO afirmar que:
a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
c) Faculta-se aos cônjuges, mediante autorização judicial, contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão parcial de bens.
d) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
e) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

17) Dos direitos da personalidade, é CORRETO afirmar que:
a) O Ministério Público pode autorizar a violação da vida privada de pessoa natural.
b) O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome.
c) O cônjuge sobrevivente é legitimado para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade do morto.
d) É inválida a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte, para fins científicos.
e) É defeso o ato de disposição do próprio patrimônio.

18) A respeito da prescrição e da decadência, assinale a afirmativa INCORRETA.
a) A prescrição poderá ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
b) Corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
c) Não corre a prescrição contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
d) Não corre a prescrição pendendo condição suspensiva
e) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

19) Tendo em vista as disposições do Código Civil de 2002 sobre os contratos, todas as alternativas abaixo são corretas, EXCETO:
a) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
b) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
c) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
d) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.
e) Nos contratos bilaterais, qualquer dos contratantes pode exigir o implemento da obrigação do outro, mesmo antes de cumprida a sua obrigação.

20) Nas obrigações alternativas, é CORRETO afirmar que:
a) não poderá haver pluralidade de optantes, cabendo a escolha a apenas uma pessoa.
b) a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou, não podendo, porém, obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

c) a escolha cabe ao credor, salvo acordo em sentido contrário, e ele pode exigir do devedor que lhe pague parte em uma prestação e parte em outra.
d) se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornar inexequível, a outra também será extinta.
e) se, por culpa do devedor, ambas as obrigações se tornarem impossíveis, não competindo ao credor a escolha, pagará o devedor a metade do valor de cada prestação.

21) Assinale a alternativa CORRETA sobre como é designado o ato do credor que consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
a) Dação em pagamento.
b) Cessão de crédito.
c) Imputação do pagamento.
d) Mora.
e) Sub-rogação.

22) De acordo com o Código Civil de 2002, em matéria de responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar que:
a) A indenização mede-se pela extensão do dano.
b) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
c) No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
d) A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo o juízo cível divergir de questões decididas pelo juízo criminal sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor.
e) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

23) De acordo com o Código Civil Brasileiro, quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assumir obrigação excessivamente onerosa, configurar-se-á:
a) dolo específico e irreversível.
b) negócio jurídico impossível.
c) fraude contra credores.
d) o estado de perigo.
e) a lesão.

24) Sobre os bens públicos, é correto afirmar que:
a) são públicos os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
b) as ruas são bens públicos de uso especial.
c) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
d) os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
e) o uso comum dos bens públicos deve, necessariamente, ser gratuito.

25) Analise as proposições de I a IV, referentes ao direito societário, e marque a alternativa correta:
I – na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
II – o contrato social da sociedade limitada poderá prever a regência supletiva da sociedade pelas normas da sociedade anônima.
III – na sociedade anônima, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
IV – na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.
a) todas as afirmativas são corretas.
b) apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.

c) apenas as afirmativas I e III são corretas.
d) a afirmativa IV é falsa.
e) a afirmativa II é falsa.

26) Quanto à boa-fé objetiva, é INCORRETO afirmar:
a) Possui função de restringir o exercício abusivo de direitos;
b) Possui função de criar deveres anexos ou acessórios à prestação principal;
c) Possui função interpretativa dos contratos;
d) A boa-fé objetiva alcança os comportamentos dos contratantes antes, durante e após o contrato;
e) Segundo a boa-fé objetiva, o contrato somente vincula e obriga as partes contratantes.

27) Sobre os direitos da personalidade, é CORRETO dizer:
a) Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade são transmissíveis;
b) Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade são renunciáveis;
c) Segundo o Código Civil, o exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária;
d) Segundo o Código Civil, não se pode reclamar perdas e danos em razão de violação a direito da personalidade;
e) Segundo o Código Civil, é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

28) Quanto ao domicílio, segundo o Código Civil:
a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
b) Não se admite que a pessoa natural tenha mais de um domicílio;
c) É desprovida de domicílio a pessoa natural que não tenha residência habitual;
d) As pessoas jurídicas de direito público não têm domicílio;
e) A pessoa jurídica terá, necessariamente, um único domicílio, ainda que tenha diversos domicílios em lugares diferentes.

29) Assinale a alternativa CORRETA, à luz do Código Civil:
a) São pessoas jurídicas de direito público as empresas públicas;
b) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público;
c) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
d) A União é pessoa jurídica de direito público externo;
e) As associações não têm personalidade jurídica.

30) Assinale a alternativa INCORRETA:
a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
b) É lícita a condição que sujeita o negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes;
c) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições incompreensíveis ou contraditórias;
d) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico;
e) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) A respeito do tema "gratuidade de justiça", marque a alternativa correta:
a) a gratuidade de justiça compreende, dentre outros, as custas judiciais, os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, as multas por litigância de má-fé, os honorários de advogado e os selos postais.
b) a concessão do benefício da gratuidade de justiça não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, ela somente suspende a exigibilidade de tais débitos.

c) a alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa natural ou jurídica goza de presunção relativa de veracidade.
d) consoante o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, a gratuidade de justiça pode ser requerida a qualquer tempo, operando efeitos *ex tunc*.
e) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.

32) No último final de semana, o advogado William, que mora ao lado do fórum de vara única da cidade de Casimiro de Abreu, pegou seu cachorro Zezinho e veio passear de carro no Rio de Janeiro. Já em Copacabana, seu veículo foi atingido por uma viatura da Polícia Militar quando estava parado no sinal. Ninguém se machucou, mas o carro de William ficou danificado. William decidiu propor uma ação para cobrar do Estado as despesas com o conserto de carro, orçadas em R$ 3.500,00, e danos morais de R$ 5.000,00 por ter se aborrecido muito com o ocorrido. Agora ele está em casa redigindo a inicial e se dá conta de que em sua comarca não há Juizado Especial Fazendário. Para qual juízo ele deve endereçar o pedido?
a) Necessariamente, para uma das Varas de Fazenda Pública da Capital.
b) Necessariamente, para a Vara Única de Casimiro de Abreu.
c) Necessariamente, para o Juizado Especial Fazendário da Capital.
d) Opcionalmente, para a Vara de Fazenda de Fazenda Pública da Capital ou para a Vara única de Casimiro de Abreu.
e) Opcionalmente, para a Vara Única de Casimiro de Abreu ou para o Juizado Especial Fazendário da capital.

33) Sobre as condições da ação, assinale a alternativa <u>incorreta</u>:
a) segundo a jurisprudência do STF, o agente público autor do fato é parte ilegítima para a ação de responsabilidade civil do Estado.
b) a representação processual consiste na defesa em juízo de direito alheio em nome próprio.
c) a aferição da presença das condições da ação é feita segundo a teoria da asserção, isto é, verificada à luz de um juízo hipotético de veracidade das alegações veiculadas na petição inicial.
d) é possível a perda do interesse de agir após a propositura da ação.
e) a existência do interesse de agir depende de que a ação possa trazer alguma utilidade ao demandante.

34) Durante um tiroteio entre policias e traficantes, em 2010, Greice, de apenas seis anos, foi atingida por um projétil de arma de fogo e ficou paraplégica. Sua mãe, Maria, propôs, em nome próprio e representando a filha, uma ação de procedimento ordinário contra o Estado, pleiteando danos morais, materiais e pensão para Greice e para si. O processo transcorreu regularmente e ao final foi proferida sentença de procedência total, que foi confirmada pelos tribunais, transitando em julgado. Em 2020, Greice veio tristemente a falecer, em razão do agravamento de seu quadro de saúde. Inconformada, Maria propôs nova ação contra o Estado, requerendo danos morais pela morte da filha. O Estado contestou o pedido, arguindo determinada preliminar. O juiz acolheu a preliminar e extinguiu o processo sem julgamento do mérito. Qual foi a preliminar arguida pelo Estado?
a) Litispendência.
b) Conexão.
c) Coisa julgada.
d) Decadência.
e) Prescrição.

35) Assinale a alternativa <u>incorreta</u> a respeito das prerrogativas processuais da Fazenda Pública:
a) a contagem em dobro dos prazos processuais não se aplica quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
b) a intimação dos representantes judiciais da Fazenda Pública deve ser pessoal, podendo ocorrer por carga, remessa ou meio eletrônico.
c) a sentença que proferida contra o Estado do Rio de Janeiro não produz efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal, a menos que a condenação ou o proveito econômico obtido seja inferior a 500 (quinhentos) salários mínimos ou a sentença esteja fundada em súmula de tribunal superior, precedente

obrigatório ou orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
d) o Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias, fundações de direito público e empresas públicas gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
e) em regra, a Fazenda Pública não sofre o efeito material da revelia por tutelar interesses indisponíveis.

36) A empresa XYZ concordou expressamente com os cálculos apresentados pelo Estado em sua impugnação ao cumprimento de sentença. Os cálculos foram homologados e, paralelamente, a empresa constituiu novo advogado. Dez dias depois de publicada a decisão homologatória, o novo advogado, entendendo que o percentual de juros estava em desacordo com a sentença, interpôs agravo de instrumento contra ela.
Considerando essa situação, é correto afirmar que:
a) o recurso não tem chance de êxito, em razão da preclusão lógica.
b) o recurso terá seu seguimento negado, em razão da preclusão temporal.
c) não há que se falar em preclusão, porque o advogado que concordou com os cálculos não foi o mesmo que interpôs o recurso.
d) o juiz condenará a empresa por litigância de má-fé.
e) caso o percentual de juros esteja realmente em desacordo com a sentença, o recurso tem grande probabilidade de êxito.

37) Assinale a alternativa correta sobre tutela provisória:
a) não é possível a antecipação de tutela jurisdicional se não houver elementos que evidenciem o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
b) não é possível a concessão de tutela de urgência em grau recursal.
c) é possível a concessão de tutela provisória, independente de urgência, se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese favorável ao requerente firmada em julgamento de casos repetitivos.
d) o juiz não pode exigir caução para concessão da tutela de urgência.
e) em razão da garantia do contraditório, a concessão de tutela de evidência por decisão liminar é inadmissível.

38) Sobre direito probatório, assinale a alternativa correta:
a) os fatos alegados em juízo dependem de prova, mesmo que sejam notórios.
b) a ação voltada à produção antecipada de prova depende sempre da existência de fundado receio de que a prova venha se tornar impossível.
c) as causas de suspeição e impedimento do juiz não se aplicam ao perito.
d) a remuneração do perito deve sempre ser rateada pelas partes
e) o juiz não está vinculado às conclusões do perito, podendo superá-las motivadamente.

39) Marcelo propôs ação de procedimento comum visando à anulação de débito tributário. Formulou como pedido principal a desconstituição do auto de infração lavrado pela repartição fiscal e suscitou em sua causa de pedir a inconstitucionalidade da norma estadual que prevê a incidência do imposto. Na sentença, o seu pedido foi julgado procedente, sendo reconhecida na fundamentação a inconstitucionalidade da norma estadual.
Considerando a situação proposta e seus conhecimentos sobre coisa julgada, assinale a alternativa correta:
a) haverá formação de coisa julgada sobre a inconstitucionalidade da norma estadual porque se trata de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo.
b) haverá formação de coisa julgada sobre a inconstitucionalidade da norma estadual porque a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença faz coisa julgada.
c) não haverá formação de coisa julgada sobre a inconstitucionalidade da norma estadual porque na ação anulatória há restrições probatórias que impedem o aprofundamento da análise da questão.
d) não haverá formação de coisa julgada sobre a inconstitucionalidade da norma estadual porque o juízo não é competente para resolver essa questão como principal.
e) haverá formação de coisa julgada sobre a inconstitucionalidade da norma estadual porque os motivos determinantes da decisão fazem coisa julgada.

40) Sobre os efeitos dos recursos, assinale a alternativa incorreta:

a) o acórdão substitui a sentença, mesmo que a tenha confirmado, salvo se a anular por *error in procedendo*.

b) o agravo de instrumento não tem, em regra, efeito suspensivo.

c) mesmo quando a lei não prevê efeito suspensivo para determinado recurso, o recorrente pode vir a obtê-lo se comprovar o prognóstico favorável de êxito do recurso e a possibilidade de dano de difícil reparação.

d) O relator pode, *ex officio*, retirar o efeito suspensivo da apelação, se constatar que a decisão pode causar dano irreparável ao recorrido.

e) Todos os recursos são dotados de efeito devolutivo, limitado, em regra, às questões discutidas.

LÍNGUA PORTUGUESA

A discussão sobre o direito à literatura em Antonio Candido

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy*
26/01/2020

Estudos de *direito e literatura* multiplicam-se no Brasil. Enfrenta-se uma ainda forte tradição positivista, analítica e tecnicista, para a qual o direito é só a lei e as decisões judiciais e, quando muito, os livros que explicam leis e que comentam decisões judiciais. Esses livros formam o que os juristas denominamos de doutrina, expressão tomada à força (e imperceptivelmente) da teologia.

Há quem estude o *direito na literatura*, ou a *literatura no direito*. Eu acrescentaria o *direito à literatura*. A relação entre esses dois campos, direito e literatura, sugere que se abandonem fronteiras conceituais clássicas. O direito *na* literatura consiste em se alcançar aspectos jurídicos na produção literária de ficção. O que romances, novelas e contos falam sobre o direito e sobre os problemas jurídicos e sobre a justiça? A literatura *no* direito é teorização ou criticismo literário em textos jurídicos, que variam de decisões judiciais a petições. É um assunto que interessa aos estudiosos de retórica. Acrescento que a literatura *no* direito é também um olhar sobre os mencionados livros de doutrina. É um estudo sobre material burocrático.

Há um problema conceitual que precisa ser enfrentado, isto é, até que ponto o direito é literatura? Umberto Eco enfatizava que a escrita pode ser criativa ou científica. Eu acrescentaria a escrita burocrática. Há também a questão da tradução. Confirma Eco que Cervantes e Tolstoi, por exemplo, são conhecidos e muito mais lidos em tradução do que – provavelmente – por leitores versados na língua em que o Quixote e Guerra e Paz foram escritos.

O direito à literatura foi um assunto tratado por Antonio Candido (1918-2017), figura central da crítica literária brasileira a partir dos anos 40 do século passado, segundo Roberto Schwarz. Refiro-me ao texto *Direito à literatura*, tema de palestra proferida em 1988, e publicado na coletânea *Vários Escritos*. As linhas gerais dessa intervenção sedimentam uma orientação segura para reflexão e aprofundamento. Antonio Candido revela-se (continuamente) lúcido, coerente, convicto. Era um humanista, na acepção mais completa que essa palavra possa nos remeter.

A discussão tem como pano de fundo a relação entre direitos humanos e literatura. Candido lembra-nos que vivemos (parece que sempre) em épocas de barbaridades e de injustiças. Ainda cometamos as mesmas barbaridades e injustiças que denunciamos, e ainda que não celebremos esses feitos (ou desfeitos). Em 1988 Candido registrava que já não mais se falavam coisas que ouvia quando era menino, isto é, *"que haver pobres é a vontade de Deus (...), que os empregados domésticos não precisam descansar, que só morre de fome quem for vadio"*. Contra essas sandices Candido argumentava que se deve considerar que tudo que nos é indispensável é também indispensável ao próximo. É como definiu os direitos humanos. E é esse o ponto de partida de um direito à literatura.

Com base em Louis-Joseph Lebret, um padre dominicano francês que também era economista, Candido dividiu os bens da vida em bens compressíveis e bens incompressíveis. Cosméticos, enfeites e roupas supérfluas são compressíveis. Alimentos, roupas e habitação são incompressíveis. Aqueles primeiros são substituíveis e inclusive descartados. Esses últimos são essenciais.

No direito (especialmente no direito tributário) explica-se a divisão com a teoria da seletividade, que orienta a fixação de alíquotas e de bases de cálculo de IPI e de ICMS. De acordo com Antonio Candido

os bens incompressíveis não são apenas os que asseguram a sobrevivência fática e física em níveis decentes. São também os que garantem a integralidade intelectual. É aí que encaixa a literatura.

Candido definiu a literatura como toda criação de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Nesse sentido, não passamos mais de um dia sem mergulharmos no universo da imaginação e da fabulação. Contamos, vivemos, sonhamos e imaginamos estórias. Além do que, a literatura é um instrumento poderoso de instrução e de educação, prossegue o crítico.

Há uma literatura sancionada (prestigiada pelo poder) e uma literatura perseguida, em oposição àquela primeira. Esta última, a literatura perseguida, é uma necessidade social. É uma literatura empenhada. Candido menciona Castro Alves (e o Navio Negreiro), Bernardo Guimarães (e a Escrava Isaura), Vitor Hugo (e os Miseráveis). É uma literatura de humanitarismo romântico, centrada na equação "pobreza mais ignorância mais opressão é igual ao crime". Lembra ainda Dickens (Oliver Twist), Dostoievsky (Crime e Castigo) e Emile Zola no contexto do caso Dreyfuss. No Brasil, lembra Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Érico Veríssimo.

Defende uma sociedade igualitária de produtos literários. A literatura é uma necessidade universal. A literatura, prossegue Candido, é um instrumento consciente de desmascaramento, apontando e denunciando onde há restrições e negações de direitos. A literatura denuncia a miséria, a servidão e a mutilação espiritual. Para Antonio Candido, a literatura erudita não pode ser monopólio de classes dominantes e também não pode ser distribuída de forma estratificante e alienante.

Inegável que há um direito à literatura, na medida em que se aceita a literatura como um bem incompressível, e na medida em que valorizo que seja imprescindível para o outro o que é essencial para mim (o que não deixa de ser uma formulação alternativa do imperativo categórico kantiano).

Fonte: https://www.conjur.com.br/2020-jan-26/embargos-culturais-discussao-direito-literatura-antonio-candido

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy é livre-docente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e doutor pela PUC-SP.

41) Em relação à articulação dos dois primeiros parágrafos com os demais que compõem a totalidade do texto, pode-se dizer que se constitui, respectivamente, de:

a) Uma afirmação e sua justificativa.
b) Uma distinção e suas características.
c) tema e suas variantes.
d) Uma proposição e seu desenvolvimento.
e) Uma premissa e suas contradições.

42) Com base na leitura do texto e na análise das seguintes afirmativas:

I. Segundo o autor, o direito à literatura trata-se de uma abordagem que visa a transcender as fronteiras conceituais clássicas que se estabelecem na relação entre esses dois campos de estudo.

II. A interpretação dos aspectos doutrinários relacionados ao que se costuma denominar como "letra da lei", no jargão usual da prática profissional, refere-se ao que o autor do artigo entende como o estudo da literatura no direito.

III. A equação "pobreza mais ignorância mais opressão é igual ao crime" caracteriza uma literatura de cunho romântico-humanitarista que, por sua natureza engajada, pode ser considerada um bem incompressível.

IV. As obras de Dickens, Dostoievsky, Victor Hugo, Castro Alves, Graciliano Ramos e Jorge Amado estão inseridas no contexto de que tratam os estudos do direito na literatura.

Assinale:

a) Se todas estiverem corretas.
b) Se I, II e III estiverem corretas.
c) Se apenas III estiver correta.
d) Se II e III estiverem corretas.
e) Se II e IV estiverem corretas.

43) "Muitos argumentos são influenciados pelo prestígio. (...) O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese".
Tendo em vista o excerto acima, selecionado do "Tratado de argumentação" de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2014, p. 347-348), marque a alternativa em que o trecho transcrito <u>não</u> apresente pelo menos um argumento de autoridade.
a) Há quem estude o *direito na literatura*, ou a *literatura no direito*. Eu acrescentaria o *direito à literatura*. A relação entre esses dois campos, direito e literatura, sugere que se abandonem fronteiras conceituais clássicas. O direito *na* literatura consiste em se alcançar aspectos jurídicos na produção literária de ficção. (2° parágrafo)
b) Com base em Louis-Joseph Lebret, um padre dominicano francês que também era economista, Candido dividiu os bens da vida em bens compressíveis e bens incompressíveis. (6° parágrafo)
c) De acordo com Antonio Candido os bens incompressíveis não são apenas os que asseguram a sobrevivência fática e física em níveis decentes. São também os que garantem a integralidade intelectual. É aí que encaixa a literatura. (7° parágrafo)
d) Há um problema conceitual que precisa ser enfrentado, isto é, até que ponto o direito é literatura? Umberto Eco enfatizava que a escrita pode ser criativa ou científica. Eu acrescentaria a escrita burocrática. (3° parágrafo)
e) O direito à literatura foi um assunto tratado por Antonio Candido (1918-2017), figura central da crítica literária brasileira a partir dos anos 40 do século passado, segundo Roberto Schwarz. (4° parágrafo)

44) Em "A discussão sobre o direito à literatura em Antonio Candido", o autor se utiliza por diversas vezes de parênteses para intercalar no texto indicações acessórias. Assinale a opção em que intencionalidade apontada para o uso dos parênteses <u>destoa</u> do correspondente trecho destacado:
a) Comentário – Esses livros formam o que os juristas denominamos de doutrina, expressão tomada à força (e imperceptivelmente) da teologia. (1° parágrafo)
b) Conjectura – A discussão tem como pano de fundo a relação entre direitos humanos e literatura. Candido lembra-nos que vivemos (parece que sempre) em épocas de barbaridades e de injustiças. (5° parágrafo)
c) Delimitação – No direito (especialmente no direito tributário) explica-se a divisão com a teoria da seletividade, que orienta a fixação de alíquotas e de bases de cálculo de IPI e de ICMS. (7° parágrafo)
d) Enumeração – Candido menciona Castro Alves (e o Navio Negreiro), Bernardo Guimarães (e a Escrava Isaura), Vitor Hugo (e os Miseráveis). É uma literatura de humanitarismo romântico, centrada na equação "pobreza mais ignorância mais opressão é igual ao crime". Lembra ainda Dickens (Oliver Twist), Dostoievsky (Crime e Castigo) e Emile Zola no contexto do caso Dreyfuss. (9° parágrafo)
e) Reflexão – Inegável que há um direito à literatura, na medida em que se aceita a literatura como um bem incompressível, e na medida em que valorizo que seja imprescindível para o outro o que é essencial para mim (o que não deixa de ser uma formulação alternativa do imperativo categórico kantiano). (11° parágrafo)

45) Uma importante estratégia de coesão que colabora para a tessitura da argumentação dos textos é a utilização de operadores argumentativos. Tendo isso em vista, marque a alternativa em que a inserção ou a modificação de um operador argumentativo tenha <u>alterado</u> o sentido do trecho original.
a) A literatura no direito é teorização ou criticismo literário em textos jurídicos, que variam de decisões judiciais a petições, **portanto**, é um assunto que interessa aos estudiosos de retórica. Acrescento que a literatura no direito é também um olhar sobre os mencionados livros de doutrina. É um estudo sobre material burocrático. (2° parágrafo)
b) A discussão tem como pano de fundo a relação entre direitos humanos e literatura. Cândido lembra-nos que vivemos (parece que sempre) em épocas de barbaridades e de injustiças. **Mesmo que** cometamos as mesmas barbaridades e injustiças que denunciamos, e **mesmo que** não celebremos esses feitos (ou desfeitos). (5° parágrafo)
c) Defende uma sociedade igualitária de produtos literários, **já que** a literatura é uma necessidade universal. (10° parágrafo)
d) Para Antonio Candido, a literatura erudita não pode ser monopólio de classes dominantes, **bem como** também não pode ser distribuída de forma estratificante e alienante. (10° parágrafo)

e) Inegável que há um direito à literatura, **tanto que** se aceita a literatura como um bem incompressível, e na medida em que valorizo que seja imprescindível para o outro o que é essencial para mim (o que não deixa de ser uma formulação alternativa do imperativo categórico kantiano). (11° parágrafo)

46) Com base na leitura e análise dos excertos do texto, a seguir:
I. Em 1988 Candido registrava que já não mais se falavam coisas que ouvia quando era menino (...). (5° parágrafo) – A oração em destaque encontra-se na voz passiva sintética, em que o termo "coisas" exerce a função de sujeito.
II. Candido registrava que já não mais se falavam coisas que ouvia quando era menino, isto é, *"que haver pobres é a vontade de Deus"* (...). (5° parágrafo) – Na oração destacada, o termo "pobres" exerce a função de sujeito.
III. É uma literatura de humanitarismo romântico, centrada na equação "pobreza mais ignorância mais opressão é igual ao crime". (9° parágrafo) – O termo em destaque poderia ser alterado para "centrado", sem haver qualquer modificação no sentido original do texto.
IV. Cosméticos, enfeites e roupas supérfluas são compressíveis. Alimentos, roupas e habitação são incompressíveis. Aqueles primeiros são substituíveis e inclusive descartados. Esses últimos são essenciais. – Os termos destacados retomam, respectivamente, "cosméticos, enfeites e roupas" e "alimentos, roupas e habitação". (6° parágrafo)
V. A literatura *no* direito é teorização ou criticismo literário em textos jurídicos, que variam de decisões judiciais a petições. (2° parágrafo) – A vírgula que separa as duas orações do período não pode ser retirada, sob pena de alteração do sentido explicativo que a oração por ela introduzida apresenta.
Assinale a opção que adequadamente classifica as afirmativas a respeito dos trechos selecionados, considerando [V] para verdadeira e [F] para falsa.
a) F / F / F / F / V
b) V / F / F / V / V
c) F / V / V / V / F
d) V / F / F / F / F
e) F / F / V / V / F

47) "De acordo com Antonio Candido os bens incompressíveis não são apenas os que asseguram a sobrevivência fática e física em níveis decentes" (7° parágrafo). Assinale a seguir a opção em que as palavras seguem as regras de acentuação empregadas nos termos destacados, respectivamente:
a) decisões / jurídicos
b) indispensável / tributário
c) supérfluas / retórica
d) petições / coletânea
e) burocrática / literária

48) Das palavras a seguir, indique a única que, segundo o Novo Acordo Ortográfico, deveria estar grafada com hífen:
a) Infra-estrutura
b) Contra-razões
c) Sub-regional
d) Semi-árido
e) Ante-projeto

49) Considere o trecho:
Quem quer que ache coisa alheia perdida ____ de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor. Se não o conhecer ou encontrar, entregará ____ coisa achada ____ autoridade competente. Aquele que restituir ____ coisa achada terá direito ____ uma recompensa e ____ indenização pelas despesas com _____ conservação e transporte da coisa.
Em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.
a) há – a – à – a – a – à – a
b) a – a – há – à – a – à – a
c) há – a – a – à – à – a – à

d) há – à – à – a – a – à – a
e) há – a – à – a – à – à – a

50) Apesar de poder ser considerada, na visão do autor do texto, uma escrita burocrática, a redação oficial visa à padronização das comunicações entre os diversos setores do serviço público num modelo que privilegia critérios como impessoalidade, formalidade, clareza e objetividade das informações. Nesse sentido, considerando os paradigmas propostos pela redação oficial, assinale a alternativa correta:

a) Um servidor que tenha de encaminhar um ofício ao governador do Estado empregará, no fecho desse documento, a expressão "Atenciosamente".

b) Os pronomes Vossa Excelência ou Vossa Senhoria são utilizados para se comunicar indiretamente com o receptor.

c) Quando há palavras e expressões em latim ou em língua estrangeira que não foram incorporadas à língua portuguesa, não é necessário utilizar o itálico.

d) Nos documentos oficiais, os pronomes de tratamento devem ser empregados na primeira pessoa do plural, para referenciar, de maneira indireta, atributos da pessoa à qual se dirige a comunicação.

e) As palavras de outros idiomas devem ser empregadas apenas quando indispensáveis, em razão de serem designações ou expressões de uso já consagrado ou de não terem exata tradução.